

18 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	2017	2016
(a) Composição dos impostos diferidos		
Diferido passivo		
Diferença de vida útil de imobilizado	2.063	1681
	2.063	1681
(b) O Imposto de Renda (IR) foi calculado à alíquota básica de 15% sobre o lucro tributável acrescido do adicional de 10%, consoante legislação específica, e a Contribuição Social sobre o lucro (CSLL) foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável.		
	2017	2016
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social - das operações continuadas	20.472	38.452
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e contribuição social - %	34	34
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(6.960)	(13.074)
Reconciliação para a alíquota efetiva		
Adições ou exclusões		
Diferença da vida útil do imobilizado		(437)
Outras exclusões e adições líquidas	(16)	597
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(6.976)	(12.914)
Corrente	(6.594)	(12.477)
Diferido	(382)	(437)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(6.976)	(12.914)

Aos Administradores e Acionistas
PASA - Paraná Operações Portuárias S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da PASA - Paraná Operações Portuárias S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PASA - Paraná Operações Portuárias S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas".

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação

19 Seguros contratados (não auditado):

A Administração da Companhia adota a política de contratar seguros na modalidade de operador portuário e para os bens efetivamente imobilizados, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face às ocorrências de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. Com relação às apólices da Companhia, segue quadro resumo com vigência e valor de cobertura:

Natureza	Vigência	Cobertura
RC Operador portuário	10/08/2017 a 10/08/2018	40.871
Incêndio Vultuoso	15/04/2017 a 15/04/2018	161.120
Predial	21/08/2017 a 21/08/2018	2.400
Vida - funcionários	20/06/2017 a 19/06/2018	9.802

20 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Dois novos procedimentos contábeis serão efetivados para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018, o que implicará em modificações das normas para reconhecimento contábil, sendo eles:

Relatório Do Auditor Independente Sobre As Demonstrações Financeiras

das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas" e pelos controles internos que ela determine como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar

- CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9 – Financial Instruments); e
- CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15 – Revenue from Contracts with Customers).

IFRS 16- "Operações de Arrendamento Mercantil" - O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A administração efetuou a avaliação do impacto da adoção do IFRS 9 e não identificou efeitos materiais nos ativos e passivos financeiros que possui. Também foi avaliada a aplicação do IFRS 15 e que devido ao modelo de negócios da Companhia também não irá gerar efeitos relevantes no reconhecimento de receitas quando comparado ao modelo atual.

DIRETORIA

- Paulo Meneguetti - Diretor Presidente
- Moacir Meneguetti - Diretor
- Fernando Fernandes Nardine - Diretor
- Pérsio de Souza de Assis - Diretor
- Rogério Magno Baggio - Diretor
- Oswaldo Inácio da Silva Junior - Contador

nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Maringá, 12 de março de 2018



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Alexandre Peres
Contador CRC 1SP198156/O-7



Macon J. Gomes

VIROU OURO

Donos de bancas reforçam segurança após série de furtos de figurinhas da Copa

Julio Filho
Gazeta do Povo

O Sindicato dos Jornalistas do Paraná (Sinjor-PR) tem orientado os donos de bancas de jornais e revistas no estado a proteger seus estoques de figurinhas e álbuns da Copa do Mundo de 2018. A recomendação de segurança acontece após uma série de crimes envolvendo os itens em outros estados. Na última quinta-feira, um homem invadiu uma banca em São José dos Campos e furtou R\$ 6 mil em figurinhas. Ao todo, foram 15 mil cromos furtados, além de uma soma em dinheiro. Já em São Paulo, também

“A orientação é de deixar o menos possível de figurinhas nas bancas”, aconselha Sinjor.

na última semana, uma proprietária de banca teve prejuízo de R\$ 10 mil. A loja foi arrombada e cinco mil pacotes de figurinhas furtados. “A figurinha virou ouro”, lamentou a comerciante.

Presidente do Sinjor, Larcio Skaraboto afirma que, até o momento, não recebeu nenhum relato de ocorrên-

cia criminoso do tipo no estado. “Neste momento, a orientação é de deixar o menos possível de figurinhas nas bancas. Guardar o estoque em outro local”, explica.

Principal produto de venda das banquinhas em época de Copa do Mundo, as figurinhas do álbum de 2018 são distribuídas em todo o país dentro de carros fortes, com o mesmo rigor e segurança de outros produtos de valor, como dinheiro e joias. O motivo: os cromos são enquadrados na categoria “item colecionável”, com procura considerável de mercado e alto custo agregado.

ATAS E EDITAIS

LEMANSKI PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF N°: 05.959.006/0001-04 | NIRE: 41300021554 (20/10/2003)

ATA DA 13ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
29 DE ABRIL DE 2016

DATA, HORA E LOCAL: Aos 29 dias, do mês de abril, do ano de 2016, às 7:30 horas, na sede social da Companhia, localizada na Rua Pedro Ivo, n° 459, 1º andar (parte), em Curitiba, Estado do Paraná. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Convocação dispensada, na forma do art. 124, §4º, da Lei n° 6.404/1976. Presentes acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme se verifica pelas assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. **MESA:** Presidente: Maria Elsa de Almeida Passos. Secretário: Mariano Lemanski. **ORDEM DO DIA:** a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015; e b) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015. **DELIBERAÇÕES:** Por acionistas representando a totalidade do capital social, foram tomadas as seguintes deliberações: I) Autorizar a lavratura da presente Ata em forma de sumário, nos termos do art. 130, §1º, da Lei n° 6.404/1976; II) Aprovar, sem reservas, depois de examinados e discutidos, as Contas da Diretoria e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, documentos que foram publicados na página 4, do Jornal Diário da Tarde, na edição de 26 de abril de 2016 e nas páginas 55 e 56, do Diário Oficial Paraná – Comércio, Indústria e Serviços, na edição de 26 de abril de 2016, em observância ao disposto no art. 133, §4º, da Lei n° 6.404/1976; III) Aprovar, sem reservas, a destinação do prejuízo líquido do exercício de 2015, no valor de R\$ 408.529,10 (quatrocentos e oito mil, quinhentos e vinte e nove reais e dez centavos), para a conta “Prejuízos Acumulados”; e IV) Aprovar a não instalação do Conselho Fiscal. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente esclareceu que não houve manifestação do Conselho Fiscal em virtude do fato de que o referido órgão não se encontrava instalado, e, em seguida, foram suspensos os trabalhos para a lavratura da presente ata, que, após lida e aprovada, segue assinada pelos membros da Mesa e pela totalidade dos acionistas da Companhia. Curitiba, 29 de abril de 2016.

Mesa:
Maria Elsa de Almeida Passos
Presidente

Mariano Lemanski
Secretário

Acionistas:
Maria Elsa de Almeida Passos

Mariano Lemanski

Malenski Participações S.A.
Mariano Lemanski – Diretor Presidente
Maurício Bróglia Lemanski – Diretor Vice-Presidente

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
CERTIFICADO O REGISTRO EM: 16/06/2016
SOB O NÚMERO: 20162604971
Protocolo: 16/260497-1, de 14/06/2016
Empresa: 41 3 0002155 4
LEMANSKI PARTICIPAÇÕES S.A.
LIBERTAD BOGUS
SECRETÁRIO GERAL